



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 86

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 1 DE JUNHO DE 1968

ATA DA 100ª SESSÃO, EM 31 DE MAIO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
Aloysio de Carvalho
Paulo Torres
Nogueira da Gama
Péricles Pedro
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Bazerra Neto
Milton Menezes
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara Deputados, encaminhando à relatoria do Senado autógrafa dos seguintes projetos.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 31, de 1968

Aprova a Convenção nº 120, sobre higiene no Comércio e nos escritórios, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 43ª sessão, em 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção nº 120, sobre higiene no Comércio e nos escritórios, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 43ª sessão, em 1964.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Relações Exteriores e de Saúde.

SENADO FEDERAL

Projeto de Decreto Legislativo Nº 32, de 1968

(Nº 65-B/68 — NA CAMARA)

Aprova a Convenção Cultural entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, firmada na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção Cultural entre o Brasil e a República Federativa da Iugoslávia, firmada na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1962.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 33, de 1968

Aprova o Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo Cultural concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista da Tcheco-Eslováquia, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1962.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Lei da Câmara Nº 76, de 1968

(Nº 1.230-B-68, NA CAMARA)

Revoga o Decreto-lei número 127, de 31 de janeiro de 1967, e modifica dispositivos do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1965, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, e os artigos 14 e 21 com respectivos parágrafos e o artigo 8º, caput, do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1965.

Art. 2º O artigo 2º da Lei nº 4.859, de 25 de novembro de 1965, fica restabelecido.

Art. 3º O artigo 18 do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18. A escalação dos trabalhadores, em todas suas funções, executado o conferente-chefe, obedecerá aos rodízios instituídos pelos Conselhos Regionais de Trabalho Marítimo locais, fiscalizados pelos sindicatos.”

Art. 4º As contribuições previdenciárias e o salário-família devidos aos trabalhadores avulsos poderão ser recebidos pelos sindicatos de classe respectivos, que se incumbirão de elaborar as folhas correspondentes e de proceder à distribuição e recolhimentos, nos termos da regulamentação que for estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PARECERES

Parecer nº 471, de 1968

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (número 29-B-67, na Casa de origem).

Relator: Senador Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (nº 39-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto das emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20ª Assembleia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1968. — **Leandro Maciel**, Presidente — **Antônio Carlos**, Relator — **Lobão da Silveira**.

ANEXO AO PARECER Nº 471, DE 1968

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (número 29-B-67, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1968

Aprova o texto das emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20ª Assembleia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto das emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20ª Assembleia

Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 472, de 1968

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 13, de 1966.

Relator: Senador Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências, alterando a remissão feita no art. 4º ao “Conselho Nacional de Economia”, para “Ministério do Planejamento e Coordenação Geral”, de acordo com o art. 7º do Decreto-lei número 322, de 7.4.67.

Sala das Sessões, de maio de 1968. — **Lobão da Silveira**, Presidente — **Filinto Müller**, Relator — **Mém de Sá**.

ANEXO AO PARECER Nº 472, DE 1968

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 13, de 1966, que determina a aplicação da correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As normas de correção monetária referidas no art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, aplicam-se aos créditos sub judice, desde que sejam os referidos no artigo 298 do Código de Processo Civil, ou que decorrerem de execução de sentença por quantia certa ou de ação executiva fiscal.

Art. 2º A incidência dos cálculos de atualização monetária será procedida a partir da sentença definitiva de primeira instância, incluindo-se na mesma correção os períodos resultantes de desrespeito aos prazos processuais.

Art. 3º Para evitar a correção ou suspender o seu curso, conforme este se tenha ou não iniciado, o interessado poderá efetuar o depósito judicial, da quantia cobrada, em moeda corrente.

Parágrafo único. Julgada improcedente a ação, por decisão passada em julgado, será efetuado o cálculo de correção monetária a favor do exequente, que cobrará a quantia correspondente na execução de custas e demais elementos da decisão, levantado o depósito do principal.

Art. 4º A Corregedoria da Justiça expedirá imediatamente para os Juí-

res das Comarcas a tabela de coeficientes de atualização publicada no *Diário Oficial* pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no segundo mês de cada trimestre civil e para vigorar durante o trimestre civil seguinte, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e o art. 7º do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

Art. 5º A correção prevista na presente lei será feita com base na tabela em vigor na data em que for efetivamente liquidado o crédito, por cálculo efetuado pelo contador do juízo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 473, de 1968

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 60, de 1968 (nº 3.106-C-65, na Câmara), que "altera o artigo 102 do Decreto-lei número 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares)".

Relator: Senador Domicio Gondim.

Velho assunto o que diz respeito aos requisitos para o casamento de militares, vem agora à Comissão de Segurança Nacional do Senado, e aqui chega já suficientemente esclarecido através da justificativa do autor do projeto na Câmara, o ilustre Deputado Broca Filho, sempre interessado em questões de caráter militar.

Por outro lado, consubstancia o dito projeto, pontos de vista de altas autoridades do Poder Executivo, como sejam o Ministro da Guerra e o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, na época da sua apresentação.

Na Câmara dos Deputados, foi emendado pela Comissão de Segurança Nacional e pelo plenário. Em todas essas revisões o problema mereceu ser debatido suficientemente, aprimorando-se, em consequência, o sentido e a forma do projeto original através daquelas emendas. Ocorre mais, os Deputados que o examinaram são cultos oficiais do Exército, como o Marechal Amaury Kruel e o Coronel Costa Cavalcanti.

Eis por que, não me parece necessário, nem conveniente, introduzir outras modificações, a fim de não se perder tempo com o adiamento da sua aprovação, pois que o Projeto nº 3.106-C-65, na Câmara e nº 50-68, no Senado, vem tramitando desde o ano de 1965.

O parecer do Relator é, portanto, favorável.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1968. — Paulo Torres, Presidente — Domicio Gondim, Relator — Ney Braga — Oscar Passos — Lobão da Silveira — Mário Martins.

Parecer nº 474, de 1968

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado número 73, de 1967, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria.

Relator: Senador Lobão da Silveira.

O presente projeto, de autoria do ilustre Senador Paulo Torres, dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria.

2. O artigo 1º manda que sejam contados integralmente, para fins de concessão de aposentadoria pela Previdência Social, o período de serviço ativo, voluntário ou obrigatório, prestado às Forças Armadas.

A redação do artigo 1º, pela sua própria clareza, exclui todas as hipóteses que não tenham a aposentadoria como fim.

3. A Previdência Social tem recusado, sistematicamente, a contagem

do tempo de serviço voluntário, para fins de aposentadoria, uma vez que a legislação previdenciária em vigor, sempre que toca na matéria, refere-se, exclusivamente, a tempo de serviço militar obrigatório (Lei número 3.807, de 1960, e Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto número 6.501, de 1967).

4. O autor justifica a proposição afirmando que "grande é o número, no entanto, de pessoas que servem e serviram às Forças Armadas nessa qualidade, prestando bons serviços à nossa Pátria".

Salienta, mais adiante, que a terminologia adotada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711, de 1952, artigo 8º, II) e pela Lei do Serviço Militar (número 4.375, de 1964, art. 63) é a correta, pois essa legislação, ao se referir a tempo de serviço, o faz com a denominação genérica de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, computando-o integralmente para fins de aposentadoria.

5. A proposição foi objeto de estudos, nos seus vários aspectos, pelas Comissões de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Constituição e Justiça, que opinaram favoravelmente ao projeto. Esta última, por oportuno, solicitou a audiência desta Comissão.

6. A iniciativa do ilustre Senador Paulo Torres, sob todos os aspectos, é louvável e merecedora de êxito.

7. O projeto, conforme amplamente esclarecido nas diversas Comissões Técnicas que o examinaram, não trará prejuízos à classe patronal ou à Previdência Social. Ao contrário, as medidas nele constantes só trazem benefícios para todos, pois, ao deferir aos segurados normais da previdência social os mesmos direitos reconhecidos aos funcionários públicos e aos militares, contribui para a implantação dos princípios de equidade, de isonomia e de justiça — e, portanto, para a segurança e tranquilidade da Nação.

8. Diante do exposto, a Comissão de Segurança Nacional opina pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1968. — Paulo Torres, Presidente — Lobão da Silveira, Relator — Ney Braga — Oscar Passos — Mário Martins — Domicio Gondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Esta Presidência comunica que foi designado o Senador Manoel Villaga para substituir o Senador Wilson Gonçalves na III Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em Brasília, de 20 a 23 de junho próximo.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Presidência recebeu Telex do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao seguinte Requerimento de Informações, cujo prazo já havia sido prorrogado anteriormente:

Nº 274-68, de autoria do Senador Lino de Mattos.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por mais 30 dias o prazo para resposta do citado Requerimento. (Pausa)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Presidência recebeu Ofícios do Ministro das Comunicações solicitando nova prorrogação de prazo para resposta aos seguintes Requerimentos:

De autoria do Senador Lino de Mattos.

Ns. 70-68, 113-68 e 165-68;

De autoria do Senador Vasconcelos Torres.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por mais 30 dias o prazo de resposta dos citados Requerimentos. (Pausa)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Raul Giubert

Nº 593-68, ao Ministro da Fazenda

Nº 629-68, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social;

Nº 634-68, ao Ministro das Comunicações;

De autoria do Senador Paulo Torres

Nº 594-68, ao Ministro da Fazenda;

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 595-68, ao Ministro do Interior;

Nº 597-68, ao Ministro da Agricultura;

Nº 598-68, ao Ministro do Interior;

Nº 599-68, ao Ministro da Indústria e Comércio;

Nº 600-68, ao Ministro do Interior;

Nº 601-68, ao Ministro da Indústria e Comércio;

Nº 602-68, ao Ministro das Minas e Energia;

Nº 603-68, ao Ministro das Minas e Energia;

Nº 615-68, ao Ministro das Comunicações;

Nº 616-68, ao Ministério da Fazenda;

Nº 617-68, ao Ministério das Minas e Energia;

Nº 618-68, ao Ministério das Relações Exteriores;

Nº 619-68, ao Ministério da Indústria e Comércio;

Nº 620-68, ao Ministério da Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna. (Pausa)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Josephat Marinho. (Pausa)

S. Exa. não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. FILINTO MULLER:

Pego a palavra como Líder, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Filinto Müller, líder da ARENA.

O SR. FILINTO MULLER:

(Como Líder — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, por ocasião da sessão realizada pelo Congresso Nacional na última segunda-feira, para a votação do Projeto do Governo que declarava municípios de interesse da segurança nacional, um Deputado se permitiu fazer-me uma acusação inverídica e, por isto mesmo, leviana e injusta. Não procurei responder a essa acusação, que foi, aliás, endossada por mais dois membros da Câmara dos Deputados, porque, de há muito, adotei um modo de vida, um modo de ser — não tomar em consideração acusações dessa natureza.

Já tive ocasião de expor ao Senado, quando ainda funcionávamos no Monroe, as razões dessa minha maneira de proceder.

Sabe V. Exa. e sabe o Brasil, Senhor Presidente, que em uma época, senão apertada, mas embaraçada, sofria, infamantes, caluniosos e, naquela oportunidade, não dispunha eu de qualquer meio de publicidade através do qual pudesse destruir as acusações que me eram feitas.

Vi-me entre dois caminhos a seguir: um, o de praticar um ato de violência ou de desespero, outro, o de encastelar na tranquilidade da minha consciência, amparado pela amizade de homens de bem, pelo conceito de homens de bem que me conheciam de perto, e resistir ao vendaval.

Mercê de Deus, Sr. Presidente, a minha atitude adotada, na segunda hipótese, foi vitoriosa, e procurei responder sempre aos que tentavam destruir-me mantendo uma vida ílibada, um procedimento absolutamente correto.

Graças a isso, consegui ampliar enormemente o meu meio de amigos — felicidade de que, talvez, não possam gosar aqueles que procuraram destruir-me.

Graças a isso assegurei o respeito dos homens de bem do meu País, e tenho a imensa satisfação de poder afirmar que, em repetidas oportunidades, o povo de minha terra, o povo de Mato Grosso me amparou com a sua confiança e com a sua amizade.

Assim sendo, Sr. Presidente, não vejo por que alterar a regra de vida adotada há alguns anos.

Continuo a não responder às acusações, infundadas sempre, que me são feitas. Mas, no episódio de segunda-feira, verifiquei, através da repercussão tida na imprensa do País, que também o Senado da República vem sendo atingido por aqueles que procuram apresentar-me como um líder que expulsa da Casa os seus liderados. E por essa razão e pelo imenso respeito que tenho pelo Poder Legislativo e pelo Senado, notadamente pelo Senado, a que tenho a honra de pertencer, venho à tribuna fazer uma declaração, restabelecendo a verdade e esclarecendo a todos os brasileiros o que, de fato, ocorreu naquele dia.

Sr. Presidente na segunda-feira, à tarde, ao início da nossa sessão ordinária recebi um telefonema do eminente Senador Daniel Krieger, comunicando-me, do Rio de Janeiro, que não poderia vir a Brasília, e pedindo-me fizesse sentir aos nossos pares o desejo do Governo de ver aprovado o projeto que estabelecia as áreas de segurança nacional. Dirigia-me um apelo para que me empenhasse a fundo no sentido de conseguir aquela aprovação.

Em palestra com eminentes colegas, no Plenário durante a sessão ordinária transmiti esse apelo do líder do Governo, fazendo-o também meu.

À noite, pouco antes da realização da sessão do Congresso, procurei verificar o número de Senadores que se encontravam em Brasília, e fui informado

S A

Marinho (ARENA - GB)

Pedro Ludovico (MDB - GO)

Rui Palmeira (ARENA - AL)

Dinarte Mariz (ARENA - RN)

Victorino Freire (ARENA - MA)

Aarão Steinbruch (MDB - RJ)

Secretário - Cattete Pinheiro (ARENA - PA)

1º Suplente - Guido Mondin (ARENA - RS)

2º Suplente - Vasconcelos Torres (ARENA - RJ)

3º Suplente - Lino de Mattos (MDB - SP)

4º Suplente - Raul Giuberti (ARENA - ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder - Daniel Krieger (ARENA - RS)

DA ARENA

Líder - Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder - Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Artur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
Domicio Gondim
Paulo Torres
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
José Guimard
Adolpho Franco
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
Josaphat MarinhoJosé Ermirio
Mário Martins

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa - Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleofas
Teotônio Vilela
Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas - Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO - ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
Antônio Carlos
Melo Braga
Arnon de Mello
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
Mário MartinsPessoa de Queiroz
Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo - Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Paulo Sarasate
Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
Lobão da Silveira
Benedicto Valladares
Arnon de Mello
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Adolfo Franco
Filinto Müller
Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho
Edmundo LeviArthur Virgílio
Argemiro de Figueiredo
Nogueira da Gama
Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão - Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Eurico Rezende
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Manoel Villaza
Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Melo Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna
Adalberto SenaBezerra Neto
Oscar Passos
Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Mele Júnior - Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião ArcherJosé Ermirio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa - Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
Antônio BalbinoRuy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa - Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Relator Substituto: Deputado Brito Velho.

Dia 4-6-68 — Reunião da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;
Hora — 16 e 21 horas.

Assunto — Depoimentos: 14 horas — Professor Adriano Pondé, Diretor do Instituto de Nutrição da Univer-

sidade da Bahia — 21 horas — Professor Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco.

Dia 5-6-68 — Reunião da Comissão;
Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;
Hora — 16 e 21 horas.

Assunto — Depoimentos: 18 horas — Professor Lauro Solero, Professor de Farmacologia da Universidade

Federal do Rio de Janeiro — 21 horas — Professor Eduardo Faraco, Professor de Terapêutica Clínica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COMISSÃO MISTA NA FORMA DO ART. 29, LETRA B, DO REGIMENTO COMUM

Comissão Mista para estudo dos Problemas Agropecuários e seus reflexos na Economia Nacional, Presi-

dente: Ed. Relator, J.

Dia 3-
são.

Local — 1.
Bom dia; e

Assunto — Encontro
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 1. minutos).

depois da chegada do avião "Mecra" e do avião vindo de São Paulo —, de que estavam em Brasília somente 31 Srs. Senadores.

Ora, Sr. Presidente, estando 31 Srs. Senadores em Brasília, não haveria votação à noite porque, para que o Presidente do Congresso pudesse dar início aos trabalhos de votação, necessário seria se encontrassem presentes 34 Srs. Senadores.

Basta essa afirmativa — fácil de verificar por aqueles que o quiserem — para demonstrar, de forma cabal e suficiente, que não seria necessário pedir, à porta de entrada do Congresso, aos Srs. Senadores, que não entrassem no recinto.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Estou chegando agora, e se V. Exa. me permite que eu diga, suas declarações são desnecessárias. Só os que não o conhecem, os que não privam com Vossa Excelência, os que não têm a satisfação do convívio com V. Exa., podem cometer a estupidez e a brutalidade das expressões que foram proferidas contra a sua pessoa. Eu não as ouvi. Não estava presente no momento em que elas foram ditas. Se ali estivesse, teria, como o Deputado Ruy Santos, protestado imediatamente. Insisto, porém, em dizer que essa declaração é desnecessária. Vim para o Senado da República em 1956, e o encontrei como Líder do Governo. Tenho, convívio com muitos outros líderes, mas de 1956 até hoje, em 1968, não encontrei, no Parlamento, uma personalidade, um líder tão rigorosamente sujeito às normas democráticas, à liberalidade na condução da sua Bancada, à lealdade para com os seus companheiros, correligionários ou adversários, à fidelidade de trato e, sobretudo, à firmeza de suas convicções. Na noite da votação, ao entrar, encontrei-me com V. Exa., no saguão do Senado. V. Exa. não me dirigiu uma palavra sobre se eu devia ou não entrar. Não me fez qualquer referência. Não fiquei sabendo por que Vossa Excelência ali estava nem se ia ali ficar. Este o dedimento que queria dar, insistindo ainda em que V. Exa. não devia dar satisfação de uma resposta, que é desnecessária.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito grato ao eminente Senador Mem de Sá por suas confortadoras palavras. Agradeço, sobretudo, muito sensivelmente os generosos conceitos emitidos a meu respeito, e agradeço o seu testemunho altamente valioso da maneira pela qual venho procedendo no desempenho de meu mandato.

Mas respondo ao eminente Senador: não vim à tribuna para defender-me de acusações feitas a mim, sobretudo quando partidas de pessoas nas quais não reconheço categoria, para formulá-las. Decidime a usar da tribuna porque verifico, através das repercussões que a imprensa do País vem dando a essas acusações, que elas podem atingir Senadores, todos dignos do maior respeito e do meu mais elevado apreço.

Esta a razão por que estou relatando, na tribuna, o que realmente ocorreu naquele dia e que V. Exa., Senador Mem de Sá, com seu testemunho, está confirmando.

Entretanto dizia eu, Sr. Presidente, quando vim para o Congresso, naquela tarde, já sabia que não haveria número para a votação. Portanto, era desnecessário pedir, ainda que tivesse a intenção de fazê-lo, a Senadores não entrassem na Casa. Aliás todos os Senadores que compareceram ao Palácio do Congresso tiveram a sua presença registrada pelo digno funcionário encarregado desse mister.

Chegando ao Senado, fiquei realmente no Saguão, como aliás muitas vezes faço e fazem outros Congressistas.

Não na porta como foi dito. Ali permaneci mais por curiosidade para verificar se a Câmara teria *quorum* suficiente naquela noite.

O fato de não haver número no Senado não é de estranhar, pois dificilmente, esta Casa nas segundas ou nas sextas-feiras, consegue *quorum* para votação.

Esta circunstância não se verifica somente em Brasília. Quando tive a honra de presidir o Senado no Monroe, não podia marcar sessão extraordinária para votação de veto às segundas ou sextas-feiras, porque nesses dias, normalmente, não havia *quorum*. Portanto, o fato não ocorreu por interferência de quem quer que seja. É uma ocorrência normal.

Conservar-me no saguão, como dizia, palestrando com amigos, procurando verificar a entrada de Deputados para saber se caberia a responsabilidade de aprovação do Projeto, por decurso do prazo, exclusivamente ao Senado ou se caberia, em parte, à Câmara onde, possivelmente, também não haveria *quorum*, como realmente não houve.

Em dado momento o Deputado Ernani Sátiro chegou e parou na porta do Congresso cumprimentando amigos. Fui cumprimentado e com ele conversei sobre a sessão daquela noite, identificando-o de que que não haveria *quorum* no Senado pois não se encontravam mais do que 31 Senadores em Brasília.

Neste momento, apareceu o Deputado Guilherme Machado e ficamos juntos caminhando de um lado para o outro no saguão, fazendo comentários sobre a situação política, a situação dos partidos e a futura convenção da ARENA, a realizar-se em junho, enquanto que o Deputado Ernani Sátiro se encaminhava para os elevadores.

Pouco depois retornei-me sem ter ido ao Plenário, por julgar desnecessário sabendo que não haveria votação naquela noite.

Sr. Presidente, esta a realidade, estes os fatos. Querer deturpá-los é má-fé. Contudo se essa má-fé atinge exclusivamente a mim, não estaria aqui prestado esclarecimento.

Mas como esta noite atinge a outros Senadores que em hipótese alguma aceitariam imposição de qualquer líder, uma vez que estas acusações são ditas de forma indefinida, entendi de meu dever trazer à Casa esses esclarecimentos, para que fiquem registradas em nossos Anais, e sirvam de de subsídio para exame e julgamento de nossas atitudes.

Sr. Presidente, beco desculpado ao Senado por vir debater, aqui, esse assunto que não me diz respeito pessoal. Mas se o faço anima-me, renito, o profundo respeito que tenho pelo Poder Legislativo e notadamente pelo Senado da República, ao qual eu tenho a honra de pertencer.

Ero o que tinha a declarar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Lei nº 4.869, de 10 de dezembro de 1965, aprovou o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968. Vale dizer portanto, que ao fim de dezembro deste ano terminará o prazo de vigência do atual Plano Diretor da SUDENE. Isto significa que deve o Congresso Nacional durante o ano de 1968 elaborar o novo Plano Diretor ou seja, o IV Plano Diretor da SUDENE.

Ocorre porém, que como se sabe no Orçamento o Exercício Geral para 1969 deve ser prevista a verba destinada à SUDENE. A Constituição estabelece que o Orçamento deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até cinco meses antes de encerrar-se

o exercício financeiro. Logo, sendo de recesso o mês de julho, claro fica que o Governo deverá encaminhar o projeto de lei orçamentário para 1969 a partir de agosto.

Sabe-se que, ao ingressar no Congresso Nacional o projeto de lei orçamentária, os maiores esforços se desenvolvem em torno de sua elaboração, pela complexidade da matéria. Tanto maior vai ser o trabalho do Congresso Nacional na elaboração da lei orçamentária, a partir de 1969 quanto se há de fazer o confronto necessário entre o que na proposta se contém e o que já está prescrito e previsto no orçamento plurianual convertido em lei.

Ora, Sr. Presidente, diante dessas circunstâncias, é de estranhar-se que o Governo ainda não haja encaminhado ao Congresso o IV Plano Diretor da SUDENE, para sua devida apreciação. É tanto mais estranhável o retardamento quanto o Superintendente da SUDENE já fez discurrir entre os parlamentares um grosso volume contendo o que deverá ser o IV Plano Diretor da SUDENE. E a demora será tanto mais prejudicial à elaboração de um bom plano e à regular atuação do Congresso quanto o IV Plano Diretor da SUDENE prevê algumas alterações substanciais no processo até aqui adotado. Basta assinalar-se que, segundo consta da exposição introdutória do plano, o prazo de vigência previsto já não será de 3, mas de 5 anos.

A primeira indagação, então, será a de saber se será possível fazer o Plano Diretor da SUDENE em base quinquenal, como o orçamento plurianual foi para um triênio.

Diz-se-á que o plano de Governo, previsto na própria lei do orçamento plurianual, é de caráter quinquenal. Certo. Mas, ainda não foi submetido ao Congresso qualquer plano quinquenal do Governo. Consequentemente, em matéria de plano por nós de um exercício e em caráter geral, só há o previsto no orçamento plurianual, que é de 3 anos.

Competia, portanto ao Governo, sobretudo se pretende incluir tais modificações no projeto do Plano Diretor da SUDENE, encaminhá-lo logo ao Congresso. O normal, o próprio, o adequado é que este Plano Diretor seja examinado e aprovado antes da aprovação do Orçamento Geral para 1969.

Mas, ainda que estas circunstâncias de ordem legal e de coordenação de planos não recomendassem a remessa desde logo do Plano Diretor da SUDENE, ainda haveria que salientar a necessidade de assim proceder o Governo para não prosseguir submetendo o Congresso aos prazos drásticos a que o tem submetido e com que o tem humilhado desde 1964.

Está-se tornando prave retardar o encaminhamento ao Congresso de leis importantes, para fazê-lo na proximidade de sua entrada em recesso. É a forma arbitrária de que se utiliza o Governo para impedir ao Congresso o exame normeniorizado das proposições mais importantes.

Ainda há poucos dias o Senado votou, em menos de 48 horas, uma lei disciplinadora de problema de aluguéis. Queira o Governo porém, tendo suficiente para submeter o projeto ao Congresso em condições de permitir-nos exame cauteloso e pormenorizado. A cada instante se multiplicam as razões circunstanciais a famosa conjuntura que vêm amolando a competência do Poder Executivo e estrançando a do Congresso, sem o protesto das duas Casas do Parlamento.

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Bezerra Neto — Ocorreu semelhante fato com a apreciação da alteração da política salarial, o aumento de emergência, e a dilatação do plano da política de arrocho salarial. Tivemos que apreciar toda essa complexa matéria em 72 horas.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tem razão o nobre Senador Bezerra Neto. Além do caso dos aluguéis, na poucos dias atrás tivemos que votar aqui, às pressas, o projeto de reajustamento salarial. A Oposição e a maioria em manifesta divergência com o conteúdo do projeto. Abriu-se o debate, pediu-se destaque, mas tivemos que nos submeter, para resguardar o mínimo de interesses dos trabalhadores, à aprovação imediata da lei. Por isso, se a Bancada MDB se houvesse retirado do plenário, a ARENA não teria *quorum* para aprovar o projeto. Em segundo lugar, se o projeto não fosse aprovado ainda não seria discutido o atraso, para dizer-se que não corremos para dificultar a melhoria, por ínfima que fosse, em benefício dos trabalhadores.

E assim se vão multiplicando os casos de aprovação sumária de proposições importantes.

Quando o prazo de vigência de uma lei está a esgotar-se é que aparece o novo projeto, já em período que não permite a observância da tramitação regular. Então o Senado e a Câmara dos Deputados são obrigados a votar, sem o registro devido sem os esclarecimentos suficientes sem o debate necessário, matérias da maior complexidade.

Estamos, neste instante, Sr. Presidente, fazendo estas ponderações a propósito do retardamento da remessa do Plano Diretor da SUDENE, que deverá vigorar a partir de 1969. Parece-me que cabe à Mesa do Congresso, inclusive à Mesa do Senado, tomar uma iniciativa e não aguardar que o retardamento se verifique para, então usar a sua autoridade anexas com relação aos Membros do Congresso, na aprovação sumária de medidas graves e não devidamente examinadas.

Fazendo estas ponderações para consignar as ressalvas necessárias em nome da Oposição, desejamos, também, que a Mesa do Senado possa tomá-las na devida consideração e encaminhar ao Poder Executivo as ponderações cabíveis para que cesse o abuso. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Mesa, nobre Senador Josaphat Marinho, levará rigorosamente, em consideração as palavras da advertência de V. Exa. e dela cuidará.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Gutomard
Oscar Passos
Milton Trindade
Lobão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
José Cândido
Siegfredo Pacheco
Manoel Villaca
Pessoa de Queiroz
Teotônio Vilela
Arnon de Melo
José Leite
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Mello Braga
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Está findo o período destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1º

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 35, de 1962, de autoria do

Sr. Senador Pereira Diniz, que mantém as cooperativas de crédito elevado "longo" funcionamento (em regime de urgência, nos termos do art. 325, § 2º, do Regimento Interno) tendo Pareceres (Orais) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com emenda; de Economia, contrário; de Finanças, favorável; e dependendo de pareceres dessas Comissões sobre as emendas de Plenário de ns. 2 e 3.

A presente matéria está em fase de votação e, com isso, encontram presentes apenas 25 Srs. Senadores, não há quorum. Portanto, fica sobrestada.

C SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim)

Item 2º:

Discussão, em turno único, da redação final (apresentada pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 466, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1968 (nº 43-B-67, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Sem emendas e não havendo requerimento no sentido de que seja submetida a votos a redação final, é ela considerada definitivamente aprovada, sem votação.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 465, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1968, (número 43-B-67, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1968 (nº 43-B-67, na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1968. — Leandro Maciel, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Filinto Muller.

ANEXO AO PARECER Nº 465-68

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1968 (número 43-B-67, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ..., DE 1968

Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim)

Item 3º:

Discussão, em turno único, da redação final (apresentada pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 467, de 1968), do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1968, que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o art. 177, § 1º, da Constituição Federal.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Fica encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento no sentido de que seja submetida a votos, é a redação final considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 467, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1968.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 6, de 1968, que dispõe sobre a aposentadoria de servidor público de conformidade com o art. 177, § 1º, da Constituição Federal.

ANEXO AO PARECER Nº 467-68

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1968, que dispõe sobre a aposentadoria de servidor público de conformidade com o artigo 177, § 1º da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O servidor que, a 15 de março de 1968, houver preenchido as condições necessárias para aposentadoria nos termos da legislação vigente a 15 de março de 1967, aposentase com os direitos e vantagens previstas nessa legislação, de conformidade com o art. 177, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 2º O serviço de pessoal competente fará, nos assentamentos individuais, mediante requerimento do interessado, as necessárias averbações, fornecendo ao servidor requerente a respectiva certidão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Item 4º:

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968 (nº 24-A-67 na Câmara dos Deputados) que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos), tendo Parecer, sob nº 466, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido (Substitutivo aprovado na sessão de 14 de maio de 1968).

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento no sentido de que seja submetido a votos, é o substitutivo considerado definitivamente adotado, independentemente de votação, nos termos do art. 275-A, § 5º, do Regimento Interno.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar a tramitação do Substitutivo na outra Casa do Congresso Nacional, designo o Sr. Senador Aurélio Vianna, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

E' o seguinte o substitutivo adotado:

PARECER Nº 468, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968 (nº 24-A-67, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968 (número 24-A-67, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série D, ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos).

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1968. — Leandro Maciel, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Filinto Muller.

ANEXO AO PARECER Nº 468-68

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968 (nº 24-A-67, na Casa de origem).

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Dá provimento a recurso do Tribunal de Contas relativo a registro de emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É dado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto pelo Ofício nº 1.599-8, a fim de que seja mantida a emissão, de 26 de novembro de 1965, daquele Tribunal, que denegou registro à emissão de Letras do Tesouro, Série D, ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos).

Art. 2º Esta Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Finda a Ordem-do-Dia.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a da próxima 2ª feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 3 de junho de 1968 (Segunda-feira)

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de

1968, de autoria do Sr. Senador Pereira Diniz, que mantém as cooperativas de crédito elevado "longo" funcionamento (em regime de urgência, nos termos do art. 325, § 2º, do Regimento Interno), tendo Pareceres (Orais) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com emenda; de Economia, contrário; de Finanças, favorável; e dependendo de pareceres dessas Comissões sobre as emendas de Plenário de números 2 e 3.

2

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 22, DE 1968

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu parecer nº 471, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (nº 39-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto das emendas aos arts. 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 2ª Assembleia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 1966

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências (Projeto aprovado em primeiro turno com emendas, em 14-5-68), tendo Parecer, sob nº 472, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1

PROJETO DE LEI Nº 16, DE 1968 (CN), QUE "PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI Nº 332, DE 12 DE OUTUBRO DE 1967."

(Comissão Mista: Presidente — Senador Aurélio de Figueiredo — Relator — Senador Achyless Cruz).

Dia 4-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 5-6 — Publicação do parecer; e

Dia 11-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,00 horas.

Prazo — Início: 9-5-68; e, término: 13-6-68.

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 1968 (CN), QUE "DECLARA PRESCRITAS AS CONTAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Dias 31-5, 3-4, 5 e 6-6-68 — Apresentação das emendas perante a Comissão Mista;

Dia 19-6-68 — Apresentação do parecer pela Comissão

Dia 20-6-68 — Publicação do parecer;

Dia 25-6-68 — Discussão do Projeto.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA, INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SOBRE A SAÚDE DO USO INDISCRIMINADO DE ADONTOCARTAS ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, E ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

Presidente: Senador Milton Campos.

Relator: Deputado Pedrosa Horta.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Saracate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo TorresJosé Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmírioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Saracate**ARENA****TITULARES**Paulo Saracate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmírioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Villela**SUPLENTE**Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmírioSebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Villela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Saracate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Saracate
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

MIORES

Emílio Valladares
Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

SUPLENTE

Wilson Gorceaves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrino Porteira
José Leite
Leopoldo Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Antonio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Mora Andrade
Fernando de
Afonso de Mello
José Cândido

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

SUPLENTE

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 242.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórrès
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

SUPLENTE

Paulo Tórrès
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villaga
Milton Trindade

MDB

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Oscar Passos
Mário Martins

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnion de Melo

ARENA

SUPLENTE

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnion de Melo
Paulo Tórrès
José Guimard

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Porteira
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

SUPLENTE

José Leite
Celso Ramos
Arnion de Melo
Domicio Gondim
João Cleofas

Paulo Tórrès
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

SUPLENTE

José Guimard
Bernardo Corêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.